

## **O PROGRAMA NACIONAL DE RECONSTRUÇÃO EDUCACIONAL DE ANÍSIO TEIXEIRA: CONTRIBUIÇÃO DOS INTELLECTUAIS CATARINENSES ORLANDO FERREIRA DE MELO E SILVIO COELHO DOS SANTOS (DÉCADAS DE 1950/60).**

**Maria das Dores Daros- UFSC**  
**Marilândes Mól Ribeiro de Melo- UFSC**  
6. Intelectuais, pensamento social e educação.

Este trabalho procura refletir sobre alguns marcos históricos e teóricos da configuração da área da Pesquisa em Educação no Estado de Santa Catarina, enfatizando a participação de dois intelectuais catarinenses: Orlando Ferreira de Melo e Silvio Coelho dos Santos no desenvolvimento do campo educacional no Estado.

A colaboração desses intelectuais deu-se, principalmente, nos moldes do projeto anisiano de reconstrução da educação brasileira, que por meio da prática e do incentivo à pesquisa, buscava compreender a realidade educacional, tendo em vista o projeto de modernização do Brasil. Convém, nessa perspectiva, segundo considerações de Faoro (1992), diferenciar os conceitos de modernidade e modernização. Para esse teórico,

a modernidade compromete, no seu processo, toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais, enquanto que a modernização, pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor (1992 , p.8).

A modernidade, como propõe o conceito hegeliano, “não é um reflexo, nem meramente uma transição, mas um processo que não depende de comandos externos para se realizar” (Faoro, 1992, p.18), ou seja, não percorre um caminho que é imposto, direcionado, enxertado. Portanto, sob essa perspectiva, o Estado de Santa Catarina, devido às ações envolvendo intelectuais, principalmente no planejamento, em especial no setor educacional, mergulhou num processo de modernização. Considera-se que esse processo no Estado não seguiu uma “lei natural”; foi forjado sobre o Estado, por meio de um plano de governo que se instalou na primeira metade da década de 1960, tendo por base a ideologia do desenvolvimento.

A modernização em Santa Catarina, considerando a participação e o envolvimento de intelectuais das diversas áreas das ciências sociais com o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, assumiu a fisionomia da educação, tendo em vista que toda inspiração partia em grande medida de suas concepções de homem, de sociedade e de educação.

Para dar visibilidade aos intelectuais catarinenses modernizadores, consideramos os critérios de definição de uma identidade própria, de uma consciência pertinente a uma camada

social específica que possui familiaridade para tratar com as questões da cultura e, nesse âmbito, com os problemas educacionais. A consciência de missão social desse grupo revela-se, principalmente, na “defesa da centralidade da questão educativa-formativa no projeto moderno de reforma social” (Vieira, 2002, p.3).

Convém ressaltar que as décadas de 1950 e 1960 foram profundamente marcadas por reformas nos campos da economia e das políticas educacionais, configurando-se como proeminentes no desenvolvimento da pesquisa em educação no Brasil. Freitas (1999) considera que “a pesquisa educacional era a substância com a qual se configuravam e se diferenciavam projetos intelectuais individuais e coletivos” (p.65). Em consonância com este pensamento, Xavier (1999) afirma que a “idéia predominante nos meios intelectuais e governistas no que diz respeito ao papel da educação no projeto político pedagógico do Estado destacava, tanto a dimensão política da educação, por sua função democratizadora, como sua dimensão econômica de aumento da produtividade e de progresso material” (p.53).

Acerca do mesmo tema, Vieira (2002) enfatiza que “os vários projetos em disputa apresentavam a educação do povo e o desenvolvimento nacional como as duas faces de uma mesma questão. Formação da nacionalidade, industrialização e modernidade são empreendimentos considerados impensáveis sem o enfrentamento da questão educacional” (p.176).

Nesse debate, Anísio Teixeira, ao assumir a direção do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), no ano de 1952, preocupou-se em retomar as atividades vinculadas ao diagnóstico das necessidades educativas do país, finalidade maior daquela Instituição e naquele momento negligenciada. Influenciado pela crescente valorização das Ciências Sociais como referência para as pesquisas educacionais, projetou um levantamento de dados relativos à situação educacional em todo o território nacional. Com isso pretendia atender à crescente complexidade imposta pela expansão dos serviços de ensino, necessária para a implantação de um sistema de educação para todos. A realização de campanhas como a Campanha do Livro Didático e dos Manuais de Ensino CALDEME, Campanha de Levantamento e Inquéritos para o Ensino Médio-Elementar CILEME, bem como criação do órgão brasileiro de pesquisa, Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional (CBPE) e dos órgãos regionais de pesquisas Centros Regionais de Estudos Pedagógicos (CRPEs), constituíram um conjunto de ações que objetivavam estudar a sociedade brasileira e diagnosticar suas necessidades educativas. Para

tanto, Anísio Teixeira empreendeu esforços que envolveram acordos, contratos e convênios com organizações e com especialistas externos aos quadros do INEP e aos quadros da burocracia do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

A planificação nessa conjuntura tornou-se um procedimento imprescindível para a República Federativa do Brasil, que almejava a modernização e para todos os Estados brasileiros que buscavam a modernização e inserção no contexto nacional. Nesse âmbito, destacam-se as propostas desenvolvimentistas propugnadas pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956/1961), e no Estado de Santa Catarina culminou<sup>1</sup> com o desenvolvimento do Plano de Metas do Governo (PLAMEG), levado a efeito pelo governador Celso Ramos (1961/1965). Elaborado para atender três blocos distintos, ou seja, o homem, o meio e a expansão econômica, mas inter-relacionados, o PLAMEG objetivava atender esses blocos primando pela a expansão econômica, semelhante à proposta de Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956/1961).

Para Sílvio Coelho dos Santos, intelectual catarinense, era “necessária a criação de um espírito de planificação ou, ainda, uma ideologia do planejamento, a fim de se conscientizar o povo de sua real situação e, através desse processo, se obter o apoio necessário às mudanças que a execução do planejamento terá de promover” (1968, p. 57). Na concepção desse intelectual, a planificação não deveria ser entendida como “a programação dos recursos disponíveis (...) colocados à disposição dos Estados, por dispositivo constitucional pela união. Nada mais errado”. (1970, p.17). Muito mais que tratar de questões financeiras, da familiaridade, da experiência, e das relações que se confundem com o domínio da vida privada, Sílvio Coelho dos Santos defende que quando no

---

<sup>1</sup> Consideramos que a necessidade de planificação pôde ser percebida no Estado de Santa Catarina, na ascensão de Irineu Bornhausen ao governo, no período de 1951 a 1956, por meio da organização do Plano de Obras e Equipamentos (POE). O Plano de Obras e Equipamentos foi coordenado pelo Sr. Victor Antônio Peluso Jr, e previa o desenvolvimento do Estado por meio da construção de usinas hidrelétricas, de estradas de rodagem e da expansão da agricultura, da educação e da saúde. Os estudos iniciais para a implantação da Universidade no Estado de Santa Catarina foi outra medida importante nesse governo, quando foram doados os terrenos que hoje compõem a Universidade Federal de Santa Catarina. Posteriormente, no governo de Jorge Lacerda (1956/1958), foi criada a Diretoria de Cultura na Secretaria de Educação, indicando assim uma perspectiva de política cultural (já fundamentada em parâmetros científicos desde os anos 30 no Brasil) e dos percursos que se fariam prementes no governo posterior, de Celso Ramos (1961/1965): a necessidade de planificar e reconhecer as distintas regiões do Estado para atendimento dos três blocos propostos em seu Plano de Metas do Governo (PLAMEG), ou seja, atender o homem, ao meio e à expansão econômica.

Estado e no País os administradores e políticos tentam programar o desenvolvimento econômico e social, não há como entender a permanência dos velhos padrões<sup>2</sup> administrativos, onde a **experiência** ou **familiaridade**<sup>3</sup> do administrador com certas parcelas da realidade formam as diretrizes sobre as quais repousam todas as suas decisões (1968, p.18).

A busca da reconstrução educacional iniciada no Estado, nos fins da década de 1950, e levada a efeito na década de 1960, por Celso Ramos em grande medida, guiou-se pela compreensão da realidade educacional catarinense, por meio da pesquisa e da reorganização cultural propostas pelos padrões analíticos da Sociologia e da Antropologia, o que permitiu um avanço do campo educacional catarinense, conferindo-lhe mais autonomia e especialização. Tomando as palavras de Vieira (2000), podemos dizer que iniciou-se no estado “um diálogo responsivo com experiências e discursos educativos”(p.177) na ambiência cultural catarinense.

Tais avanços se deram pela criação, no Estado de Santa Catarina, de um centro de pesquisa educacional. Criou-se no governo de Celso Ramos (1961-1965) o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE/UDESC), que, juntamente com o Curso de Pedagogia, compunha a Faculdade de Educação (FAED). A criação do CEPE/UDESC insere-se num aspecto importante que marcou o campo educacional no Brasil, a partir da década de 1950, o desenvolvimento do *Ethos* da pesquisa e da ciência nesse campo de conhecimento. Assim, essa instituição colaborou para a cientifização e profissionalização da educação catarinense, utilizando-se das categorias teóricas das ciências sociais para analisar as questões educacionais.

Se os intelectuais brasileiros reivindicam, nos anos 20 e 30 do século XX, o *status* de elite dirigente, já que a idéia era de agir de cima e dar forma à sociedade, agora, no período de 1954-64, não precisavam mais reivindicar uma posição de elite, pois sua legitimidade decorria justamente de se fazerem intérpretes das massas populares (PECAULT, 1990).

Em Santa Catarina, a presença de intelectuais na discussão educacional é intensificada na década de 60. Atuando no Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE/UDESC), tomaram para si a responsabilidade de indicar, por meio da elaboração de pesquisas fundamentadas nos parâmetros das ciências sociais, idéias para um projeto educacional

---

<sup>2</sup> Quando o intelectual Sílvio Coelho dos Santos se refere aos “velhos padrões”, trata do clientelismo político ainda fundamentando muitas das relações públicas no Estado e também da conseqüente visão de mundo específica, particular, pertencente a cada um e que, diante disso, propõe soluções específicas, momentâneas e isoladas para os problemas que impediam o desenvolvimento catarinense.

<sup>3</sup> Grifos do autor.

hegemônico e público, ajudando assim, a definir os rumos da educação catarinense e a constituição dos diversos setores da cena pública estadual.

Estava instaurado o processo de modernização no Estado de Santa Catarina, por meio de “uma ação voluntária” (FAORO, 1992), dirigido por um grupo com distintos nomes e formações e que, não de maneira passiva, pensava a sociedade catarinense e assim buscava o objetivo de promover as transformações consideradas necessárias, por meio do desenvolvimento de pesquisas educacionais no CEPE/UDESC.

Tendo como norteadoras as características inicialmente citadas, destacamos o envolvimento dos intelectuais catarinenses Orlando Ferreira de Melo e Sílvio Coelho dos Santos no processo de constituição do campo de pesquisa em educação no Estado de Santa Catarina. Procuramos dar visibilidade a algumas das suas idéias (considerando principalmente suas produções teóricas no período de 1950/60), para o desenvolvimento de reconstrução educacional e democratização do ensino, proposto para Santa Catarina por Celso Ramos (1961/1965), em seu governo.

Orlando Ferreira de Melo,<sup>4</sup> em discurso pronunciado em 1965, por ocasião da posse dos Conselheiros da Fundação Educacional de Santa Catarina (FESC), parece indicar que chama para si a responsabilidade com a educação catarinense, quando diz que “o êxito ou o fracasso da empresa dependerão de nós, uma vez cumprida pelo Estado, a sua obrigação exclusivamente propiciadora de recursos. Temos liberdade suficiente para acertar ou para errar” (1974, p.14).

Suas palavras ratificam a importância que esse intelectual dá à sua participação como um reformador e moralizador das questões educacionais. Também revela sua concepção de identidade e pertença ao grupo social catarinense que assumiu os processos de reestruturação da educação catarinense, a quem competia mostrar o caminho para se construir uma Santa

---

<sup>4</sup> Foi no ano de 1940, aluno do Professor João Roberto Moreira no Instituto Estadual de Educação (IEE). Dentre suas funções atuou como professor de Didática e Prática Pedagógica da Escola Normal Pedro II, da cidade de Blumenau. Melo articulou o processo de organização e implantação da Faculdade de Educação (FAED 1963-1964), no Estado de Santa Catarina, como Conselheiro do Conselho Estadual de Educação (CEE). Foi presidente desse órgão entre os anos de 1966 e 1969 e professor em 1966 da 3ª série do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FAED), na qual ministrava a disciplina Administração Escolar. Posteriormente foi Reitor da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC) em 1967. Atuou também como Diretor Executivo da Fundação Educacional de Santa Catarina (FESC), indicado pelo governador Celso Ramos no ano de 1965.

Catarina modernizada. Revela particularmente a relação estreita e o lugar privilegiado que ocupava esse pensador de vanguarda no aparato governamental.

Para ele a educação, nas palavras que se seguem, “é um organismo vivo, absorvedor de talentos e de engenho, que se não exaure na esteriotipação de regras convencionais” (1974, p.13) e “exige criação, personalidade, capacidade inventiva, responsabilidade” (idem). Esse intelectual personifica aqui a educação na figura da escola. Nessas falas percebe-se em certa medida que Melo ratifica a necessidade da presença de intelectuais no processo de modernização do Estado. Ele deixa transparecer na questão educacional características que certamente comporiam a figura do intelectual.

Melo foi um intelectual que pesquisou a educação no Estado e que se destacou como interlocutor privilegiado no processo reformista instaurado por Anísio Teixeira, no âmbito do Programa Nacional de Reconstrução Educacional, com contribuições que expressariam, inicialmente, a constituição incipiente de um intelectual preocupado com a articulação das pesquisas educacionais às preocupações políticas e didático-pedagógicas locais.

Foi confiada a Orlando Ferreira de Melo por Moreira, juntamente com a aprovação de Anísio Teixeira, à época diretor do INEP, “a execução de um projeto-piloto sobre a prática de ensino da escola primária, em Blumenau, cujos resultados decidiriam das vantagens de idênticos trabalhos a serem desenvolvidos em outros pontos do país” (MELO, 1958, p. 41). Esse trabalho de Melo possibilitou, conforme o pensamento de Moreira, que teorias fossem embasadas cientificamente, coerentes com a questão observada e que extrapolariam o limite da prática cotidiana. O ensaio publicado em 1958 por Melo buscava colaborar e possibilitar, por meio da pesquisa, com uma visão acerca do que acontecia com a educação em Santa Catarina e, permitir por meio dos resultados, implantar políticas educacionais que contemplassem questões primordiais como repetência, evasão e carência de pessoal docente para o nível primário de ensino<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Em 1955, Orlando Ferreira de Melo publica ‘Comentários sobre a monografia: A educação em Santa Catarina’, no qual analisa a obra recém publicada por seu ex-professor João Roberto Moreira, intitulada ‘A educação de Santa Catarina’. Salienta ele, acerca do livro publicado por Moreira, que “trata-se de uma bem elaborada sinopse apreciativa em que o autor, com muita ponderação e independência, focaliza todos os problemas referentes à administração, às origens e à difusão do nosso sistema estadual de educação” (Melo, 1955, p. 3). Embora não reflita sobre todas as temáticas abordadas por Moreira em seu livro, Melo analisa as apreciações de Moreira quanto ao “panorama da escola primária no terreno didático” e quanto às “diretrizes do Departamento de Educação no sentido de melhorar o padrão de ensino” (ibid, p. 7).

O intelectual Sílvio Coelho dos Santos<sup>6</sup>, também referenciado neste trabalho, nasceu em Florianópolis em julho de 1938. Organizou juntamente com uma equipe chefiada por Maria da Glória Matos a implantação do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais da Faculdade de Educação (CEPE/UDESC), e posteriormente foi designado para “organizar a equipe técnica que comporia o Serviço de Levantamentos, Pesquisas e Inquéritos do referido Centro” (1968, p.13). No CEPE, exerceu funções de Técnico, e Diretor. Atuou nessa instituição como antropólogo pesquisador e desenvolveu pesquisas, tendo como prática a análise antropológico-social, tônica da sua formação. Esse intelectual,

no exercício de suas funções, participou ativamente de todos os estudos, seminários ligados à elaboração do Plano Estadual de Educação (PEE), além de ter dirigido várias pesquisas essenciais à fundamentação do Plano. Integrou o grupo de trabalho que elaborou o anteprojeto do PEE e por ato governamental foi designado membro da Comissão de Implantação do PEE como representante da UDESC (1970, p.3)

Dele tomamos especificamente as obras produzidas durante sua permanência no Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE/UDESC), e que são importantes para o presente trabalho. Dentre elas, citamos especialmente seus artigos publicados nos Boletins do CEPE, e as obras “Educação e Desenvolvimento em Santa Catarina”, publicada em 1968, e “Um esquema para a educação em Santa Catarina”, em edição revista e ampliada (1970), ambas oriundas de uma e larga experiência e de uma rigorosa observação do fenômeno educacional catarinense.

A leitura de seus trabalhos elucidaram algumas questões que o definiram como um intelectual que possuía, conforme termo muito utilizado por ele, a “consciência” de uma identidade específica, e de fazer parte de um “grupo seletivo da sociedade catarinense”. Pelo termo consciência, entendemos seu sentimento de pertencimento a um estrato social,

---

<sup>6</sup> Licenciou-se em História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 1961. Em 1962, realizou pós-graduação em Antropologia Cultural e Sociologia Comparada no Museu Nacional da antiga Universidade do Brasil, no Estado do Rio de Janeiro e doutorou-se em Ciência Social na Universidade de São Paulo (USP). Como professor iniciou sua atuação na Universidade Federal de Santa Catarina em 1961, onde chegou a coordenador da Pós-graduação em Ciências Sociais, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação, Pró-Reitor de Ensino, Coordenador do Mestrado em Ciências Sociais, Chefe do Departamento de Ciências Sociais e Diretor do Museu de Antropologia. É membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Antropologia, sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) e membro do Conselho Diretor da Fundação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (FUNCITEC). Sílvio Coelho dos Santos, atualmente, desenvolve pesquisas nas áreas de Relações Interétnicas, Direitos Especiais e Sociologia do Desenvolvimento. Escreveu artigos em jornal, nos Boletins do CEPE, publicou e ainda publica diversos livros. Recebeu o título de Professor Emérito da Universidade Federal de Santa Catarina em 14 de setembro de 1999.

preparado e competente, que possuía intimidade com as questões filosóficas, científicas e pedagógicas conforme o conceito que utilizamos de Vieira (2002).

Em consonância com essa concepção de intelectual, Sílvio Coelho dos Santos expõe que em momentos cruciais, “as pessoas de certa lucidez devem emitir suas opiniões de maneira a permitir compreensão e entendimento ao maior número possível de indivíduos, ou mesmo, falar por esses indivíduos” (1968, p.16). Reitera a sua posição afirmando que tinha a “pretensão de falar por aqueles que não tiveram oportunidade de vencer os obstáculos seletivos que garantem a funcionalidade do sistema” (idem).

Ainda definindo sua posição privilegiada na sociedade catarinense, de pensador que possui uma missão na sociedade e que é engajado politicamente, Sílvio Coelho dos Santos considera que as pessoas de seu grupo social, “como membros privilegiados da sociedade”, possuem

a responsabilidade de encontrar as respostas adequadas. O importante é reconhecermos que não poderemos deixar ao destino, aos que nos sucederem, a busca das soluções. O importante é estarmos conscientes de que vivemos numa época de transição e que os destinos da sociedade em que vivemos dependerão das decisões que hoje, utilizando-nos dos instrumentos que a ciência nos oferece, podemos tomar (1968, p.21).

Com tais palavras, Sílvio Coelho dos Santos convoca seus iguais, ou seja, o grupo intelectual que transitava pelo Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE/UEDESC) e em outros espaços institucionais de Santa Catarina, a tomar sob sua responsabilidade a inserção do Estado no processo de modernização e de racionalização dos problemas catarinenses que inibiam seu desenvolvimento. Entre eles, constava a questão educacional.

Sobre a educação catarinense e o papel de centralidade da mesma no processo de desenvolvimento econômico e social do Estado, esse intelectual não acreditava numa educação onipotente, capaz de dar conta e de solucionar os problemas, não só educacionais, mas também econômicos e sociais. Para ele era fato que de modo solitário a educação não poderia promover o desejado desenvolvimento catarinense e muito menos levar o Estado a atingir os padrões da modernidade, contudo havia uma participação específica, que competia à educação realizar a partir de deflagrado o processo de desenvolvimento.

Tal especificidade consistia em “oferecer à população as condições para a efetiva participação no momento histórico que estamos a viver” (1968, p.21), ou seja, a educação para promover o desenvolvimento precisava estar aliada, ajustada às programações, aos planos

desenvolvimentistas do Estado de Santa Catarina, cumprindo, assim, seu papel formativo na reforma econômica e social catarinense. Nas palavras de Sílvio Coelho dos Santos, a educação entendida num aspecto global e de investimento<sup>7</sup> contribuiria “positivamente para a harmonização entre o homem e os objetivos de desenvolvimento que a sociedade elegeu” (1970, p.30).

O pensamento desses dois intelectuais acerca da educação e do projeto de reconstrução educacional para Santa Catarina pressupunha colaborar com a programação do desenvolvimento proposto pelo PLAMEG no governo de Celso Ramos. Nesse sentido, entendiam a educação como auxiliar do desenvolvimento econômico e social e não como uma consequência dos mesmos (AMORIM, 1984). Para Santos, a educação por si só não promoveria o desenvolvimento, porém teria “funções específicas a partir do momento em que se deflagrasse o processo” (1968, p.19). Sob nossa perspectiva, isso demandava que a educação contribuísse para a produção de novos códigos, com signos que expressassem objetivamente o modo de vida desejado para esse “novo homem” catarinense. Fazia-se necessário impingir nele um sentimento de pertença ao grupo social cidadão. Esse homem precisava compartilhar os sentidos e os significados do cotidiano urbano, modernizado, industrializado. Por meio da educação do povo seriam difundidas normas e princípios éticos que possibilitariam o desenvolvimento. Através da educação, o catarinense teria sua natureza arcaica domesticada e promoveria a transformação progressiva da sociedade catarinense. Para que isso ocorresse, era necessário o ajustamento entre “a educação e as programações desenvolvimentistas” (SANTOS, 1968).

---

<sup>7</sup> Para esse intelectual, “os administradores da educação catarinense” (1970, p. 29) ainda não possuíam clareza da “noção de que os recursos aplicados em educação” (idem) deveriam ser “uma forma de investimento, por parte da sociedade estadual”, e, sendo assim, “tão válida quanto a aplicação em qualquer outra área da economia” (ibdem). Para ele, investir em educação significava realizar um plano global para o setor educacional que não estivesse “destinado a equacionar e solucionar problemas do presente” (1970, p.22), mas que ao ser elaborado levasse em “conta um futuro razoavelmente distante, mas ao mesmo tempo próximo de nossa sociedade” (idem).

## **Bibliografia**

DANIEL, Leziany Silveira; DAROS, Maria das Dores; SCHEIBE, Leda. Santa Catarina e o Programa de Reconstrução Educacional de Anísio Teixeira: a colaboração dos intelectuais catarinenses. In: **Anísio Teixeira na direção do Inep-Programa para a reconstrução da Nação Brasileira (1952-1964)**. Marta Maria de Araújo, Iria Brzezinski (org). Brasília: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

DAROS, Maria das Dores. Dissertação de Mestrado. **Plano Estadual de Educação: concretização das orientações políticas da educação**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC, março de 1984.

FAORO, Raimundo. A Questão Nacional: a modernização. **Estudos Avançados**, São Paulo:USP, 6(14), 1992.

FREITAS, Marcos Cezar de. (org) A pesquisa educacional como questão intelectual na história da educação brasileira (Breves anotações para uma hipótese de trabalho). In: **Memória intelectual da educação brasileira**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco/EDUSF, 1999.

\_\_\_\_\_. Pensamento social, ciência e imagens do Brasil: tradições revisitadas pelos educadores brasileiros. **Revista Brasileira de Educação**. N15, p. 41-61, set/out/nov/dez 2000.

MELO, Orlando Ferreira de. **Comentários sobre a monografia ‘A educação em Santa Catarina’**, publicada pela Campanha de Inquéritos e Levantamento do Ensino Médio e Elementar, do Ministério da Educação e Cultura. Maio, 1955.

MELO, Orlando Ferreira de. **Ensaio: aspectos sobre o problema educacional em Santa Catarina**. 1958.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Educação e Desenvolvimento em Santa Catarina**. Florianópolis- SC. Editora da UFSC, 1968.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Um esquema para a educação em Santa Catarina**. EDEME - Editora Empreendimentos Educacionais Ltda. Florianópolis-SC, 1970.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Intelectuais e o discurso da modernidade na I Conferência Nacional de Educação (Curitiba–1927)**. In: Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação, Curitiba-PR, 2002. ISBN 85-89022-04-

XAVIER, Libânia Nacif. **O Brasil como laboratório—educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais**. Bragança Paulista: IFAN/CDAPH/EDUSF, 1999.